

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente - SEA
Instituto Estadual do Ambiente - INEA

**ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS
HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

R6-A - Relatório de Mobilização Social

Elaboração: Fundação COPPETEC
Laboratório de Hidrologia e Estudos de Meio Ambiente

Julho de 2012

Instituto Estadual do Ambiente (INEA)
Av. Venezuela, 110 – 3º andar - Saúde
Rio de Janeiro, RJ
22.640-102

Elaboração e Execução:
Fundação COPPETEC
Laboratório de Hidrologia e Estudos de Meio Ambiente

Todos os direitos Reservados.

É permitida a reprodução de dados e de informações contidos nesta publicação, desde que citada a fonte.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
1. INTRODUÇÃO	2
2. ETAPAS DA MOBILIZAÇÃO PARA PACTUAÇÃO INSTITUCIONAL DO PERHI DO RIO DE JANEIRO	5
2.1. Contatos e articulação institucional	5
2.2. O papel do Cerhi na elaboração do Perhi	5
2.3. A participação Regional e as Consultas Públicas	7
2.3.1. Consultas públicas regionais	8
3. A CONSTRUÇÃO DO PACTO DO PERHI DO RIO DE JANEIRO	11
3.1. Identificação das Instituições e Entidades Relevantes para o Pacto	11
3.2. Visitas Institucionais.....	12
3.2.1. Apresentação da Metodologia	12
3.2.2. Definição de Interlocutores	13
3.3. Definição dos Programas.....	13
3.3.1. Elaboração de Formulário para pactuação institucional	13
3.3.2. Sistematização das Proposições	13
3.4. Oficinas de Pactuação do Perhi do Rio de Janeiro	14
3.4.1. Oficina de Pactuação Perhi - Inea	14
3.4.2. Oficina de Pactuação do Perhi com Instituições e Entidades	14
3.4.3. Sistematização dos resultados da Pactuação Institucional	15
Anexo 1 – Proposição de regras básicas de funcionamento das Consultas Públicas	
Anexo 2 – Modelo de ficha para o detalhamento de Programas e Ações de Perhi – Compromissos Institucionais	

Lista de Quadros

Quadro 1.2.1 – Cronograma de Reuniões Extraordinárias do Cerhi para discussão do Perhi

Quadro 1.3.1 – Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro

Lista de Siglas

Agevap - Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica

Ceivap - Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

Cerhi - Conselho Estadual de Recursos Hídricos

CILSJ – Consórcio Intermunicipal para gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos, do rio São João e Zona Costeira

CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Coppetec – Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos

Diafi - Diretoria de Administração e Finanças

Dibap - Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas

Digat – Diretoria de Gestão das Águas e do Território

Dilam - Diretoria de Licenciamento Ambiental

Dimam - Diretoria de Informação e Monitoramento

Diram - Diretoria de Recuperação Ambiental

Inea - Instituto Estadual do Ambiente

Perhi - Plano Estadual de Recursos Hídricos

Segrhi - Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos

APRESENTAÇÃO

O presente relatório consiste em uma proposta de mobilização social, conforme previsto no Contrato 33/2011/Processo nº. E-07/502.786/10, firmado entre a Fundação COPPETEC e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), tendo por objeto a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

O edital para contratação dos estudos que compõem o Perhi indica que o referido plano deverá ter um caráter estratégico capaz de responder aos principais desafios que se colocam à gestão de recursos hídricos, visando garantir o suporte ao desenvolvimento sustentável do estado do Rio de Janeiro, tendo como diretriz para a sua elaboração o estabelecimento de compromissos que deverão constituir-se num **pacto para sua implementação**.

Nesta perspectiva, o documento foi organizado da seguinte forma: o item 2 trata da mobilização para pactuação institucional do Perhi e o item 3 da construção do pacto do Perhi do Rio de Janeiro, cujo objetivo é firmar compromissos para que o Plano possa ser realmente implementado.

1. INTRODUÇÃO

Os graves problemas ambientais e socioeconômicos decorrentes do acelerado processo de ocupação e desenvolvimento que vem ocorrendo nas diferentes regiões hidrográficas do estado, afetam diretamente a qualidade e a disponibilidade de água, que necessitam de ações e intervenções integradas entre todos agentes públicos e privados que atuam nas respectivas áreas para controlar e até mesmo reverter este processo de degradação.

Vale destacar, que o setor de recursos hídricos não irá garantir, isoladamente, a implementação do Perhi, compete ao processo de mobilização para elaboração do Perhi, promover a transversalidade da água, considerando que este bem está contido em diversas políticas, programas e ações em diferentes instituições, o que demanda a construção conjunta e negociada de objetivos, ações, aportes orçamentários e outras ações integradas conforme orientam os princípios e diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos.

Outro aspecto a ser observado é de que o Perhi necessita estar estreitamente articulado com o Plano Plurianual do estado de modo a harmonizar os diversos orçamentos setoriais necessários à implementação das propostas de atuação com o orçamento estadual.

O Perhi deve considerar, ainda, que as decisões a serem tomadas transcendem a esfera do poder público, que as soluções requerem investimentos em função dos padrões desejáveis pela sociedade, que os recursos governamentais são escassos e que, por todos esses motivos, há que estabelecer parcerias entre todos os participantes do processo para que os resultados propostos sejam alcançados.

O objetivo básico do Perhi é contribuir para a consolidação do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos do estado do Rio de Janeiro, com o propósito de garantir disponibilidade de água em volume e qualidade compatíveis com seus vários usos, atuais e futuros, reduzindo os conflitos pelo uso da água e a ocorrência e a extensão de eventos extremos (enchentes, secas e riscos associados ao comprometimento da qualidade dos recursos hídricos) particularmente nas áreas urbanas.

O processo de elaboração do Perhi visa instrumentalizar o estado do Rio de Janeiro, sua esfera pública e a sociedade civil, com uma visão estratégica sobre a gestão dos recursos hídricos, sendo que os produtos deste processo deverão ser construídos de forma consensual e participativa, nos quais são identificados desafios e alternativas para solucioná-los e estabelecidos pactos institucionais e sociais para implementar os programas propostos.

Destacam-se como fundamentos para elaboração do Perhi enquanto um pacto institucional e social:

- ✓ o diálogo entre os diferentes setores da sociedade como forma de construção de uma visão estratégica dos recursos hídricos integrada e sustentável social, política e ambientalmente;
- ✓ o respeito e fortalecimento das instâncias de participação social, já existentes, no sistema de gestão de recursos hídricos do estado do Rio de Janeiro;
- ✓ a busca da articulação e integração institucional entre as diferentes políticas públicas setoriais, visando a gestão integral dos recursos hídricos;

- ✓ a fundamentação técnica como ferramenta de explicitação de conflitos de interesses e identificação de alternativas de soluções viáveis para a resolução dos problemas;
- ✓ o reconhecimento da água como portadora de múltiplos valores, tais como, econômico, social, político, cultural e natural;
- ✓ a busca de soluções de curto, médio e longo prazo, para os desafios apontados no diagnóstico dos recursos hídricos;
- ✓ o estabelecimento de compromissos institucionais e sociais tendo como referência os programas e metas estratégicas indicadas pelos estudos e a capacidade de execução assumida pelos atores sociais envolvidos.

O escopo dos estudos que irão compor o Perhi contemplam além dos itens que tradicionalmente integram os Planos de Recursos Hídricos, tais como diagnóstico, prognóstico, programas e os planos de investimento, a indicação de 07 (sete) estudos estratégicos, que têm como objetivo aprofundar a análise e apresentar proposições e metas específicas sobre os seguintes temas:

- Estudos hidrológicos e de vazões extremas;
- Avaliação da rede quali-quantitativas para gestão e proposta de pontos de controle para as bacias hidrográficas;
- Mapeamento de áreas vulneráveis e eventos críticos extremos;
- Avaliação de fontes alternativas para abastecimento do estado do Rio de Janeiro, com ênfase no abastecimento para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro-RMRJ;
- Avaliação do potencial hidrogeológico dos aquíferos fluminenses;
- Estudos de Avaliação da Intrusão Salina.

A indicação destes temas mostra uma grande sintonia com os principais desafios identificados nos Planos de Bacia das diferentes regiões hidrográficas e poderá se consolidar no fio condutor para a construção do Pacto para implementação do Perhi, o qual deverá ainda propiciar a compatibilização, consolidação e integração dos planos, programas, normas e procedimentos técnicos e administrativos, a serem formulados ou adotados no processo de gerenciamento descentralizado dos recursos hídricos, segundo as unidades hidrográficas por ele estabelecidas.

Entretanto, vale destacar o que está explicitado no Plano de Trabalho para elaboração do Perhi apresentado pela Coppetec e aprovado pelo Inea, no que se refere à Atividade 420 - Definição de Objetivos e Metas do Perhi, transcrito à seguir.

“Os objetivos do Perhi serão definidos no curso do desenvolvimento do plano considerando, em especial, os temas prioritários investigados, conforme descrito na Macroatividade 300, incorporando o elenco de ações que contribuirão para o seu efetivo alcance. Este aspecto não impede o surgimento de outras questões que, no desenvolvimento do Plano, se mostrem relevantes para o processo de gerenciamento dos recursos hídricos nas regiões hidrográficas do estado. É importante definir previamente alguns conceitos para o adequado entendimento do papel da Fundação Coppetec no desenvolvimento dessa atividade. Em primeiro lugar, os temas estratégicos definidos pelo Edital possuem vertentes político-institucionais, técnicas, financeiras e organizacionais, que para serem bem sucedidas necessitam de parcerias com as instituições

intervenientes na consecução das ações, exigindo uma dinâmica de implementação fortemente condicionada pela capacidade de articulação dos diferentes atores envolvidos, não seguindo, necessariamente, o melhor ordenamento sobre uma lógica estritamente técnica. Dito de outra forma, as ações a serem propostas pelo Perhi possivelmente serão implementadas muito mais em função da capacidade de mobilização e atração de recursos dos setores envolvidos do que da execução dessas ações mediante uma cronologia que venha a ser previamente determinada.

Em segundo lugar, é necessário definir conceitualmente a diferença entre objetivo e meta. É comum observarmos uma confusão a respeito destes dois conceitos no planejamento estratégico. O objetivo é um enunciado do que se espera atingir num determinado período de tempo, em geral, definido para o curto, médio e longo prazo. A meta é um marco, um limite, um desafio, algo que se pode realizar, uma etapa a ser atingida dentro de um objetivo, no seu todo ou em parte. Uma ou mais metas podem ser necessárias para se alcançar, por completo, um objetivo. Portanto, a meta deve ser passível de mensuração. Como exemplo, cita-se o objetivo de recuperar a qualidade da água de um determinado manancial com ações distribuídas no curto, médio e longo prazo, cujas metas seriam, por exemplo, atingir 50% dos esgotos tratados no período de 5 anos, 70% no período de 10 anos e 100% em 15 anos.

Em conformidade com os conceitos acima enunciados, a adequação das metas aos temas técnicos estratégicos, conforme especificado no Edital, serão o objetivo final do processo de pactuação do Perhi com as instituições de governo, sob a coordenação do Inea, conforme detalhado na Atividade 440 (Oficina de Pactuação). Não cabe, portanto, uma definição apriorística das metas, que deverão ser pactuadas durante a elaboração do Perhi ”.

2. ETAPAS DA MOBILIZAÇÃO PARA PACTUAÇÃO INSTITUCIONAL DO PERHI DO RIO DE JANEIRO

Por possuir a natureza de um pacto, o processo de elaboração do Perhi está organizado em etapas concorrentes e complementares que contemplam o acompanhamento sistemático dos organismos colegiados, a realização de mobilização institucional, pactuações prévias, consultas públicas e sistematização de informações essenciais ao processo de planejamento.

Com o objetivo de garantir a participação das instâncias do Segrhi e da sociedade, visando à construção de um Perhi que não apenas apresente proposições para os reais desafios da gestão de recursos hídricos do Estado mas contemple um conjunto de compromissos institucionais e sociais para sua implementação, sua elaboração contará com os seguintes momentos de mobilização e participação social:

- contatos e articulação institucional;
- acompanhamento sistemático do Cerhi;
- consultas públicas;
- oficinas de pactuação.

A seguir será descrito a estratégia e a sistemática de mobilização visando à participação institucional e da sociedade em cada um dos momentos citados acima.

2.1. Contatos e Articulação Institucional

Desde o início da elaboração do Perhi uma série de contatos e articulações institucionais vem sendo mantidos pelas equipes técnicas da Fundação Coppetec e do Inea, de forma que o Plano abarque um amplo leque de instituições na sua elaboração. E não poderia ser diferente, uma vez que os temas tratados no Plano se articulam com inúmeras áreas do conhecimento e instâncias administrativas do Estado.

2.2. O Papel do Cerhi na Elaboração do Perhi

O período de elaboração do Perhi reveste-se de fundamental importância para o processo de fortalecimento e consolidação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Segrhi), em especial de sua estrutura de participação e controle social, que se encontra representada nos organismos colegiados: Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Comitês de Bacia Hidrográficas.

O acompanhamento sistemático dos estudos, por parte dos integrantes do Segrhi, nas fases do diagnóstico, do prognóstico e da definição de planos, programas, metas, plano de investimentos e definição dos indicadores de avaliação, que irão integrar o Perhi-RJ é uma das premissas básicas, para se obter um planejamento que de fato reflita as preocupações e os desafios que se colocam para a gestão integrada e participativa dos recursos hídricos.

Considerando a proposta metodológica de construir o Perhi como um pacto institucional e social esse acompanhamento sistemático torna-se imprescindível, pois os consensos e compromissos irão sendo estabelecidos e assumidos ao longo do processo.

O desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do Perhi será acompanhado pelo plenário do Cerhi, através de reuniões extraordinárias, conforme definido em Reunião Plenária do Conselho realizada em 31 de agosto de 2011. Nessas reuniões serão apresentadas e discutidas todas as etapas de elaboração do plano, de modo a incorporar sugestões e

complementações aos estudos. Para cada reunião, os principais pontos abordados e decisões tomadas serão documentados em ata/memória-reunião e encaminhados pela Digat/Inea à Coppetec, para os devidos ajustes na versão final dos documentos.

A opção por reuniões extraordinárias específicas para apresentação e discussão dos estudos relativos ao Perhi, permite uma maior concentração nos temas que estão sendo abordados em cada uma das reuniões, possibilita mais tempo para as intervenções, críticas e proposições dos membros do Cerhi e demais participantes (representantes de Comitês de Bacia e convidados).

Conforme definido entre a Digat/Inea e a Contratada e considerando os prazos de entrega dos produtos/relatórios da consultoria e a agenda do Cerhi, a proposta preliminar de cronograma de reuniões extraordinárias do Cerhi para apresentação e discussão dos estudos realizados pela Coppetec para o Perhi é o que se apresenta a seguir:

Quadro 2.2.1 - Cronograma Reuniões Extraordinárias do Cerhi para discussão do Perhi

Relatório do Perhi	Previsto	Entrega	Apresentação Perhi
Relatório Caracterização Ambiental (R2-F)	Janeiro	11/4/2012	30/5/2012
Relatório Gestão de Recursos Hídricos (R4)	Abril		
1ª Parte do Relatório Estudos Estratégicos (englobando os relatórios técnicos RT-01 a RT-04)	março	5/5/2012	13/6/2012
2ª Parte do Relatório Estudos Estratégicos (englobando os relatórios técnicos RT-05 a RT-07)	julho	5/7/2012	16/07/2012
Relatório Banco de Dados (R5-P)	julho	5/7/2012	8/8/2012
Relatório Mobilização Social (R6-A)	julho	5/7/2012	
Relatório Diagnóstico (R7)	agosto	6/8/2012	05/09/2012
Relatório Cenários Estratégicos (R8)	setembro	25/9/2012	10/10/2012
Relatório Metas e Estratégias de Implementação dos Cenários Propostos (R9)	dezembro	5/12/2012	12/12/2012
Banco de Dados (R5-F)	janeiro	4/1/2013	2013
Relatório Mobilização Social (R6-B)	janeiro	4/1/2013	
Relatório Síntese (R10)	março	5/3/2013	
Relatório Gerencial (R11)	março	5/3/2013	

Com o objetivo de garantir o conhecimento antecipado dos temas e do conteúdo dos documentos a serem tratados em cada uma das reuniões a Digat/Inea disponibiliza com antecedência, em meio digital, em página na internet construída com essa finalidade, os documentos encaminhados pela Coppetec, em sua versão preliminar, para que todos os interessados tenham acesso aos mesmos, podendo analisá-los com antecedência. A página pode ser acessada no seguinte link: www.hidro.ufrrj.br/perhi/

A metodologia de condução das reuniões consta de apresentação do conteúdo do documento objeto da reunião, efetuada pelo consultor responsável pela sua elaboração, seguida de discussão aberta aos participantes, solicitando-se que no caso de proposições para correção do documento ou complementação, sejam entregues por escrito. A Digat/Inea possibilita, ainda, um prazo para que os participantes encaminhem suas proposições por meio digital, para a secretaria executiva do Cerhi, em torno de 10 dias.

2.3. A Participação Regional e as Consultas Públicas

Conforme estabelecido no Termo de Referência, “o processo de desenvolvimento dos estudos constantes do Perhi deve ser compartilhado com atores regionais estratégicos, de modo que o conhecimento seja construído a partir dos estudos e do diálogo com os organismos e instituições locais, especialmente os Comitês de Bacia. Dessa forma, espera-se que os resultados sejam apropriados e convertidos em compromissos por parte dos setores envolvidos com a gestão das águas nas diversas Regiões Hidrográficas”.

Constata-se que um dos maiores desafios do processo atual de implementação de políticas de recursos hídricos é a construção de uma gestão efetivamente descentralizada e participativa, o que requer ações de sensibilização, informação e capacitação de novos atores (municípios, usuários, organizações civis, sociedade civil em geral) para questões político-institucionais e atividades técnicas em torno da gestão das águas.

O processo de construção de uma gestão participativa pressupõe o desenvolvimento e aplicação de instrumentos que sejam capazes de apreender, tratar, adaptar e socializar todas as questões estratégicas — em grande parte de natureza essencialmente técnica — de forma apropriada e atraente, para os novos atores potencialmente participantes do processo de tomada de decisão, estes princípios e procedimentos devem ser os orientadores de todo processo de elaboração do Perhi, de modo a possibilitar a “sua apropriação” pelos atores sociais de cada região hidrográfica e assim credenciar-los para uma participação consciente e propositiva.

O Perhi deverá apresentar estratégias de superação dos principais desafios identificados para gestão de recursos hídricos no estado, mas também indicar de que forma elas refletem a realidade vivenciada em cada região hidrográfica de modo a considerar o que já vem sendo apontado nos planos de bacia e, de certo modo, poder influenciar nas futuras atualizações dos respectivos planos. Portanto, a interface com os atores regionais estratégicos, a partir da mobilização desencadeada pelos Comitês de Bacia, durante o processo de elaboração do Perhi é fundamental, inclusive, para fortalecê-los enquanto entidade representativa dos interesses de uso e preservação dos recursos hídricos na região.

A política de recursos hídricos prevê instâncias de participação e controle social ao nível estadual (Conselho Estadual de Recursos Hídricos) e ao nível regional (Comitês de Bacia). No estado do Rio de Janeiro estes organismos colegiados já se encontram instalados e em pleno funcionamento, e serão, portanto, os principais canalizadores do processo de mobilização regional. A elaboração do Perhi, se constituirá em um importante momento de capacitação, mobilização, participação e controle social, no qual os Comitês de Bacia poderão estreitar sua relação com os atores estratégicos regionais, na discussão de questões que afetam a gestão de recursos hídricos regional e estadual.

Caberá ao Cerhi em articulação com os Comitês de Bacia definir a estratégia de mobilização dos atores estratégicos, considerando as especificidades regionais, de acordo com o que for apontado no diagnóstico e demais estudos integrantes do Perhi.

Quadro 2.3.1 - Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio de Janeiro

RH	Comitê	Instrumento Criação	Data Criação	Área Aproximada	População Estimada	Município	Membros (% por segmento)
RH I	CBH Baía da Ilha Grande	Dec. 43.226	07/10/2011	2356	184.056	02	24 membros (1/3 por segmento)
RH II	CBH dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Delegatária: AGEVAP)	Dec. 31.178	03/04/2002	3.800	990.000	15	30 membros (1/3 por segmento)
RH III	CBH Médio Paraíba do Sul (Delegatária: AGEVAP)	Dec. 41.475	11/09/2008	6.600	1.020.000	19	24 membros (1/3 por segmento)
RH IV	CBH do rio Piabanha e sub-bacias Hidrográficas dos rios Paquequer e Preto (Delegatária: AGEVAP)	Dec. 38.235	14/09/2005	3.400	540.000	10	30 membros (1/3 por segmento)
RH V	CBH da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá	Dec. 38.260	16/09/2005	4.800	11.200.000	17	45 membros (1/3 por segmento)
RH VI	CBH das lagoas de Araruama e Saquarema e dos rios São João e Una (Delegatária: CILSJ)	Dec. 36.722	08/12/2004	3.800	520.000	12	54 membros (1/3 por segmento)
RH VII	CBH Rio Dois Rios (Delegatária: AGEVAP)	Dec. 41.472	11/09/2008	4.800	340.000	11	24 membros (1/3 por segmento)
RH VIII	CBH Macaé e das Ostras	Dec. 34.243	04/11/2003	2.000	240.000	4	27 membros (1/3 por segmento)
RH IX	CBH Baixo Paraíba do Sul (Delegatária: AGEVAP)	Dec. 41.720	03/03/2009	11.300	810.000	22	30 membros (1/3 por segmento)

Os Comitês de Bacia podem (e devem) acompanhar todo o processo de elaboração do Perhi, analisando os documentos e estudos elaborados pela Coppetec, assim como participar das reuniões extraordinárias do Cerhi realizadas com o objetivo de apresentar e discutir a versão preliminar dos principais documentos constituirá o Perhi, apresentando suas críticas e sugestões de correção ou complementação.

2.3.1. Consultas públicas regionais

Com o objetivo de efetivar a participação de atores regionais estratégicos, foram previstas no Edital e no Plano de Trabalho apresentado pela Coppetec 06 (seis) Consultas Públicas, sendo 03 (três) após o diagnóstico e as demais ou quando da apresentação da versão preliminar do Perhi.

As Consultas Públicas serão abertas ao público em geral e, principalmente, aos representantes dos comitês, órgãos municipais e estaduais envolvidos na gestão de

recursos hídricos e do meio ambiente, representantes dos usuários de água e entidades da sociedade civil.

As consultas serão convocadas pelo Cerhi em parceria com os comitês de bacia hidrográfica e deverão ser amplamente divulgadas, por meio eletrônico e impresso e se possível nas rádios da região:

- 3 (três) Consultas Públicas Regionais para apresentação e discussão do diagnóstico (Previsão: Agosto/2012)
- 3 (três) Consultas Públicas Regionais para apresentação e discussão do Relatório Preliminar do Plano (Previsão: Fevereiro/2013)

Como proposta inicial de agrupamento das regiões hidrográficas e respectivos Comitês de Bacia para a realização das Consultas Públicas, sugerimos para ser avaliado pela Digat/Inea e pelo Cerhi, a seguinte alternativa:

- **Grupo 1:** Regiões Hidrográficas do Médio Paraíba do Sul, Piabanha e sub-bacias hidrográficas dos rios Paquequer e Preto, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul;
- **Grupo 2:** Regiões Hidrográficas do Rio Macaé e das Ostras, das Lagoas de Araruama e Saquarema, dos rios São João e Una;
- **Grupo 3:** Regiões Hidrográficas da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá, do Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim e da Baía da Ilha Grande.



Figura 2.3.1.1 – Mapa das Regiões Hidrográficas

O material e meios necessários à realização das consultas públicas serão fornecidos pela contratada. Será previamente disponibilizado pela internet o material informativo devidamente tratado buscando garantir uma linguagem adequada ao público-alvo, o

material informativo buscará ter um formato atrativo e de conteúdo claro, direto e suficientemente aprofundado para o público a que se destina, sendo avaliado antecipadamente pela Digat/Inea. No local das consultas públicas, o material informativo estará disponível em meio impresso.

As datas e locais para realização das Consultas Públicas serão definidos pelo Inea em conjunto com o Cerhi, ouvindo os comitês. É fundamental organizar um sistema de recepção e credenciamento dos participantes, com objetivo de se obter o registro das presenças para constar do relatório do evento e ampliar o arquivo de contatos dos respectivos Comitês de Bacia.

Na programação de cada consulta pública deverá constar a contextualização do processo de elaboração do Perhi, a apresentação das regras de funcionamento da consulta pública¹, a apresentação pela equipe da consultoria dos estudos realizados e os resultados alcançados, esclarecidas dúvidas dos presentes e recebidas sugestões para correções e complementações.

Os resultados das consultas públicas serão consolidados em relatórios específicos, dos quais irão constar uma síntese dos principais pontos debatidos entre a equipe técnica e os participantes, as propostas de articulação e os compromissos a serem posteriormente estabelecidos para a gestão de recursos hídricos.

As contribuições oferecidas pelos participantes nas Consultas Públicas, bem como aquelas encaminhadas pelos membros do Cerhi e dos Comitês de Bacia serão registradas e apreciadas pela Coppetec em parceria com a Digat/Inea e incluídas nos ajustes finais dos respectivos Produtos.

¹ Apresenta-se no Anexo I - Proposição de regras básicas de funcionamento da consulta pública

3. A CONSTRUÇÃO DO PACTO DO PERHI DO RIO DE JANEIRO

Diante da orientação de construir um Perhi enquanto um Pacto Institucional caberá as instituições que compõem o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos identificar as suas responsabilidades e a alocar os recursos necessários para que os programas identificados como essenciais aos objetivos do PERH-RJ possam ser realmente implementados e não apenas identificados pelos estudos realizados.

O financiamento das ações propostas requer uma inversão na lógica predominante de investimentos setoriais, necessitando de uma ampla negociação junto às diferentes instâncias político-administrativas em favor da aplicação de recursos com base nas prioridades estabelecidas pelo Perhi.

Assim, o processo de elaboração do Perhi exige uma forte articulação entre as instituições que atuam sobre os recursos hídricos de forma a somar as diversas contribuições de forma integrada, firmando compromissos para que as diretrizes e necessidades financeiras sejam incorporadas nos seus planejamentos e os mesmos constem no Plano Plurianual, conforme prevê a Lei nº. 3.239, e nas diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual do Rio de Janeiro.

O processo de pactuação para implementação do Perhi deverá se dar por meio de etapas simultâneas e complementares e pressupõe o forte envolvimento do órgão gestor dos recursos hídricos e das instâncias colegiadas do Segrhi na condução política dessa articulação interinstitucional e do estabelecimento dos respectivos compromissos.

A seguir será detalhada as etapas relativas à pactuação final, em termos de compromissos institucionais para implementação do Perhi. Vale destacar que a construção do Perhi incorporando a dimensão de Pacto Institucional, vem sendo observada a partir do momento que o Cerhi participa da definição do escopo do Termo de Referência e do acompanhamento sistemático do processo de elaboração do Perhi.

3.1. Identificação das Instituições e Entidades Relevantes para o Pacto

As atividades relativas à articulação institucional visam, inicialmente, identificar as principais instituições públicas e entidades da sociedade civil assim como as suas responsabilidades e ações em relação aos recursos hídricos. Em um segundo momento, buscar-se-á a pactuação dos compromissos possíveis a serem assumidos por cada um desses atores com o objetivo de promover o cumprimento das metas do Perhi, em especial as de curto e médio prazo.

Deverão ser identificadas as instituições governamentais (secretarias, fundações e autarquias), em especial aquelas com atuação e volume de investimentos mais significativos, mesmo que indiretamente relacionados ao setor de recursos hídricos e, em particular, aquelas cujas missões institucionais estejam relacionadas aos programas identificados.

Ainda que o Pacto a ser estabelecido seja predominantemente com as instituições públicas, há que se identificar entidades da sociedade e do setor usuário, que por suas características organizacionais possuem estrutura capaz de desenvolver determinados programas e ou ações que contribuam para a implementação do PERHI-RJ.

Nessa identificação deverão constar às missões institucionais, organizações administrativas com respectivas funções, orçamento relacionado ao setor de recursos hídricos e respectivos dirigentes.

Sugere-se que a identificação dessas instituições, entidades da sociedade civil e até mesmo do setor privado, seja efetivada em estreita articulação com o Cerhi, tendo por base os programas indicativos apresentados no contexto dos estudos do Perhi.

A identificação aqui proposta objetiva subsidiar o órgão gestor na aproximação entre este e a instituição ou entidade em questão. Aproximação esta que poderá ser efetivada conjuntamente com representantes institucionais que compõem o Cerhi.

3.2. Visitas Institucionais

As instituições e entidades identificadas deverão ser visitadas por representantes do Órgão Gestor de Recursos Hídricos de modo a serem apresentadas à metodologia de elaboração do PERHI- RJ, sensibilizadas quanto à sua participação e solicitadas a indicar seus interlocutores técnicos para análise dos programas propostos e elaboração de propostas para a tomada de decisão institucional.

Como para construção do Pacto é fundamental o compromisso institucional, tais visitas deverão ser agendadas com esforço para que ocorram, preferencialmente, entre o representante do órgão gestor e o dirigente máximo da referida instituição, ou, na sua ausência, sua representação direta.

Devido a especificidade da estrutura institucional do Inea que busca integrar em um só órgão as ações relativas à gestão ambiental, de recursos hídricos e do território e as dificuldades encontradas para integrar de forma eficiente até mesmo a implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, conforme explicitado no Relatório referente à Situação da Gestão de Recursos Hídricos, propõe-se a efetivação de um processo de pactuação interno no Inea, no âmbito do Perhi.

Tendo em conta esta proposição, sugere-se que a direção do Inea recomende o envolvimento e o comprometimento de todas as instâncias do órgão, em especial, as que têm interface com a implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos (Diram, Diman, Dilam, Dibap, Diaf) para que façam parte da construção do Pacto para execução do Perhi, analisando os programas propostos e indicando programas, ações, procedimentos e metas sob responsabilidade de cada diretoria. Neste contexto esses setores também deverão ser contados, pela Digat com o objetivo de apresentar à metodologia de elaboração do Perhi, sensibilizá-los quanto à importância de sua participação, buscando promover, inclusive, a articulação e a integração interna na gestão de recursos hídricos.

3.2.1. Apresentação da metodologia

Por ocasião da visita às instituições e entidades e dos contatos com as diferentes diretorias do Inea, deverá ser realizada uma apresentação sucinta dos objetivos do Perhi e da proposta metodológica que está sendo adotada para a sua elaboração.

A apresentação da metodologia deverá explicitar o conceito de pactuação pretendida e a justificativa pela qual a referida instituição, entidade ou setor do Inea esta sendo procurado, indicando as áreas ou temas previstos no Perhi com os quais se identificou alguma relação com a atuação institucional.

3.2.2. Definição de Interlocutores

Por ocasião das visitas e contatos deverá ser solicitada à instituição, entidade ou setor do Inea a indicação de um ou mais interlocutores que terão o papel de receber os programas indicativos previstos para o Perhi e detalhar as metas e responsabilidades que a instituição poderá vir a se comprometer. Tais interlocutores funcionarão como o contato direto entre a equipe de elaboração do Perhi e a direção institucional.

3.3. Definição dos Programas

De acordo com o Plano de Trabalho apresentado para elaboração do Perhi, os Programas de Investimentos deverão ser elaborados com base nos estudos realizados, sendo agrupados e ordenados segundo a estrutura definida no Termo de Referência.

Os Programas serão divididos em três módulos e desenvolvidos contendo a seguinte estrutura básica: objetivos, justificativa para realização, escopo, prazo e custo estimado de execução, instituição executora, fontes de financiamento e instituições intervenientes.

Entretanto, como a proposta metodológica do processo de elaboração do Perhi é promover uma pactuação institucional e social para sua execução, os itens relacionados à definição de instituições executoras, metas, prazos e financiamento deverão ser definidos nesse processo negociado de responsabilidades. De forma que, ao serem identificados os programas que deverão compor o Perhi, os mesmos deverão ser tratados como indicativos quanto às suas metas, prazos e custos, ficando a critério das instituições e entidades participantes do Pacto as definições dos programas e ações com as quais irão se comprometer.

3.3.1. Elaboração de formulário para pactuação institucional

Os Programas deverão ser descritos dentro de uma estrutura que permita às instituições e entidades pactuantes fazerem suas análises e tomarem suas decisões quanto às responsabilidades, metas e custos. De modo a facilitar esta compreensão, serão elaborados formulários padronizados² que serão encaminhados aos interlocutores de cada instituição, entidade ou setor do Inea para que possam ser analisados e possibilitem a tomada de decisões com relação aos compromissos a serem assumidos.

As instituições públicas e entidades da sociedade civil deverão preencher um formulário sintético de cada programa indicativo, indicando se possível programas, projetos e ações já desenvolvidos ou previstos, para que as instituições, entidades ou setores do Inea encaixem suas decisões no mesmo e, dentro de um determinado prazo, os retornem à equipe de elaboração para que possa se dar o processamento, síntese e análises necessárias para subsidiar a tomada de decisões na Oficina de Pactuação.

3.3.2. Sistematização das proposições

As respostas institucionais deverão ser sistematizadas de modo a ser feita uma verificação de consistências e lacunas voltada para a preparação da pactuação por ocasião da Oficina. Sendo realizada tal sistematização a mesma será encaminhada para as instituições e entidades participantes para conhecimento prévio.

² A proposta preliminar de formulário para ser encaminhado às instituições encontra-se no Anexo 2

3.4. Oficinas de Pactuação do Perhi do Rio de Janeiro

Conforme descrito nos itens acima, propõe-se a realização de duas oficinas, sendo uma interna com as equipes técnicas do Inea e outra com todas as instituições e entidades participantes.

3.4.1. Oficina de pactuação Perhi - Inea

A Oficina de Pactuação - Inea deverá reunir os responsáveis por todos os setores da instituição que direta ou indiretamente tem responsabilidades pela implementação dos instrumentos de gestão ou coordenam programas e projetos estratégicos para os recursos hídricos, a qual terá por objetivo consolidar as definições sobre metas e responsabilidades para a execução do Perhi, buscando identificar as articulações para promover a integração necessária e ainda definir estratégias de acompanhamento e monitoramento interno.

A Oficina será estruturada conforme procedimentos adotados nos métodos participativos de elaboração e de gestão de políticas públicas voltadas para resultados e amparada em técnicas de visualização e moderação.

Deverá ter uma duração de 08 horas, onde se alternarão atividades de exposição das sínteses já alcançadas, trabalhos em grupos para identificação de estratégias e procedimentos de integração, programas e negociações entre as partes envolvidas.

Espera-se que a Oficina produza uma pactuação sobre metas para as ações propostas e responsabilidades setoriais sobre as mesmas, visando à gestão integrada, descentralizada e participativa dos recursos hídricos.

3.4.2. Oficina de pactuação do Perhi com instituições e entidades

A Oficina de pactuação deverá reunir as instituições e entidades participantes e ter por objetivo consolidar as definições sobre metas e responsabilidades para a execução do Perhi, buscando identificar as articulações interinstitucionais necessárias e estratégias de acompanhamento e monitoramento do Perhi.

A Oficina será estruturada conforme procedimentos adotados nos métodos participativos de elaboração e de gestão de políticas públicas voltadas para resultados e amparada em técnicas de visualização e moderação.

Deverá ter uma duração de 16 horas, divididas em dois dias, onde se alternarão atividades de exposição das sínteses já alcançadas, trabalhos em grupos para aperfeiçoamento de conjuntos de programas e negociações entre as partes envolvidas.

Espera-se que a Oficina produza uma pactuação sobre metas para as ações propostas, defina as responsabilidades institucionais e indique uma dinâmica de implementação fortemente condicionada pela capacidade de articulação dos diversos atores envolvidos, em especial as diferentes instâncias político-administrativas do Segrhi. As ações a serem propostas pelo Perhi possivelmente serão implementadas muito mais em função da capacidade de articulação e estruturação de pactos com órgãos e instâncias governamentais de alguma forma intervenientes com os recursos hídricos do que as determinações fundamentais estritamente numa lógica técnico-burocrática.

3.4.3. Sistematização dos resultados da pactuação institucional

Os resultados das Oficinas de Pactuação serão sistematizados pela Coppetec em um relatório completo, contendo os programas, as metas pactuadas e os respectivos investimentos compromissados por setor do Inea, instituição e entidades participantes do Pacto. O produto será elaborado de modo a agilizar o encaminhamento dos resultados às instituições participantes e aos órgãos colegiados do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e será parte integrante do Perhi.

Os programas e ações identificados como estratégicos nos estudos efetivados para o Perhi, para curto, médio e longo prazo, que não forem assumidos por nenhuma instituição ou entidade participante do Pacto, irão compor o Perhi, porém no conjunto de programas indicativos, a serem futuramente pactuados.

Anexo 1
Proposição de regras básicas de funcionamento da
consulta pública

Todos os participantes terão direito a se manifestar verbalmente e/ou por escrito, respeitando algumas regras básicas à serem apresentadas no início do evento por quem estiver na coordenação.

- Como a programação da consulta pública prevê exposições e debates, fica acordado que não se faz intervenções durante a exposição, mas podem ser feitas inscrições para o debate posterior, solicitando ao pessoal de apoio o registro do nome/instituição ou entidade.
- Após o término de cada apresentação deverá ser composta uma mesa para coordenação dos debates com representação da Coppetec, do Inea e do Cerhi.
- As intervenções serão concedidas aos participantes de acordo com a ordem de inscrições, realizada durante a apresentação e que poderão ter continuidade no decorrer dos debates.
- A mesa de coordenação deverá recomendar que as intervenções sejam objetivas e procurem se ater às questões discutidas, o que não impede de serem apresentadas proposições desde que referentes à gestão de recursos hídricos.
- Deverá ser definido pela mesa de coordenação um tempo máximo para as intervenções, levando em conta o tempo total estimado para os debates e o número de inscritos. Sugere-se que cada intervenção poderá ser no máximo de 3 minutos e que se faça um conjunto de três intervenções para a mesa responder/comentar em bloco.
- Se a intervenção for para dúvida/esclarecimento, poderá ser apenas verbal (usando o microfone, identificando-se com nome e instituição/entidade). Sugere-se a gravação das consultas públicas para se ter o registro das apresentações e dos debates.
- Se a intervenção for de crítica ou para apresentar proposições e complementações necessárias, deverá ser entregue também por escrito, em formulário específico preparado antecipadamente e que deverá constar do conjunto de material disponibilizado para a consulta pública.
- É recomendável que o órgão gestor possibilite ainda um tempo após a Consulta Pública para encaminhamento, em meio digital, de proposições (em torno de 10 dias).

Anexo 2
Modelo da Ficha para o detalhamento de Programas e
Ações- Compromissos Institucionais

ATUALIZAÇÃO PERHI – 2012-2015

Ficha de detalhamento de ações/programas

Instituição

Identificar a instituição (Secretaria/CBH/outro)

Proposta Perhi	<p>Programas Estratégicos</p> <p>() 1 – a definir no processo de elaboração do Perhi</p> <p>() dois- – a definir no processo de elaboração do Perhi</p> <p>() 3 – a definir no processo de elaboração do Perhi</p> <p>() 4 – a definir no processo de elaboração do Perhi</p> <p>() 5 – a definir no processo de elaboração do Perhi</p> <p>.....</p>
	Objetivo (s)
	Ação (ões)

Proposta da Instituição	Título	
	Tipo	Área de Abrangência (delimitação espacial da ação/programa)
	() Existente () A desenvolver	
	Descrição	

Identificar a ação/programa que a instituição se compromete a desenvolver para atendimento da Diretiva/Objetivo/Ação selecionados no quadro anterior (Proposta PERH – Oficina I)

Meta (curto prazo)		Prazo de Execução da Ação/Programa	
		Indicadores de acompanhamento	
Meta (médio prazo)		Prazo de Execução da Ação/Programa	
		Indicadores de acompanhamento	
Meta (longo prazo)		Prazo de Execução da Ação/Programa	

Situação mensurável a ser alcançada ao final do período de vigência indicado
Atributos quantificáveis para verificar a evolução da ação/programa com relação à meta estabelecida

Recursos financeiros	Tipo	Fonte	Valor (R\$)
	Necessários		
	Disponíveis		
	Outros (especificar)		

Discriminar o custo estimado da ação/programa, segundo o tipo de recurso (necessários, disponíveis ou outros) e fonte

Executor		Parceiros	
-----------------	--	------------------	--

Identificar apenas o órgão responsável direto
Identificar entidade(s) de apoio ao órgão executor

Subsídios necessários para o desenvolvimento da ação/programa	
--	--

Recursos técnicos, humanos, infraestrutura